

AGAMBEN, Giorgio
A linguagem e a morte

Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006

Antonio Negri

O último livro do filósofo Giorgio Agamben é dedicado ao “Estado de exceção”, isto é, à condição que já investe cada / toda / qualquer (ogni) estrutura de poder e que esvazia de maneira radical cada / toda / qualquer (ogni) experiência e definição de democracia.

Apesar de ser um freqüente leitor de Giorgio Agamben, aconteceu-me de reseñar apenas um outro livro de sua autoria, *A linguagem e a morte* de 1982 (publicado no Brasil pela UFMG, 2006). Tratava-se de uma verdadeira introdução à filosofia e propunha um método de análise que passou a caracterizá-lo nos anos seguintes: construir criticamente no terreno do ser, escavando sobre a margem existencial e lingüística, o caminho da redenção. Uma redenção de todo imanente que jamais esquece a condição mortal. Trabalhar em filosofia teria portanto significado atravessar o ser com empenho ético, eliminando todo resíduo dialético (tão difuso naquele momento entre os epígonos do idealismo e do declinante socialismo) e, conseqüentemente, produzir conhecimento verdadeiro, orientado politicamente, qualificado eticamente, no sentido de uma possível redenção humana. A primeira vista, parecia que Agamben se movesse como Derrida e Nancy, folheando um ponto do ser desejoso do outro, todavia sempre ilusório. Não era assim. Quanto mais aprofundava a sua análise fenomenológica do ser, quanto mais trabalhava o possível, um novo horizonte, em suma, como outrora Blanchot, Agamben atravessava o mundo lingüístico em termos de ontologia crítica. É desse modo que Agamben se aproxima (e aproxima a descrição da realidade que descreve) do *General Intellect*, ou seja, de uma idéia positiva do ser lingüístico do comum, atravessado por

lutas, processos de exploração e sobressaltos de liberação.

Mas como se faz para estruturar o mundo que essa abordagem ontológica constitui? Como faz alguém que, como Agamben, sempre manteve a morte presente na descrição fenomenológica, construindo positivamente a idéia da redenção? Em torno a este projeto, o caminho teórico de Agamben apresentou rasgos sempre mais evidentes. Talvez em *La comunità che viene* de 1990 esse rasgo seja mais forte, quando a experiência da redenção se apresenta enquanto desutopia. Esta exigia que a borda da morte fosse atravessada pela tensão da vida, e que no método fosse interiorizada a máxima spinozista: “o homem Sábio não pensa a morte e sim a vida”. A idéia do biopolítico, portanto, começava a apresentar-se no pensamento de Agamben como potência central, inquieta certamente, alternativa talvez, de qualquer modo estruturalmente inovadora. Em seguida, em *Homo Sacer*, essa problemática se apresentou novamente em toda a sua complexidade e contradição.

Existem, com efeito, dois Agamben. Há aquele que se detém em um fundo existencial, fatal e terrífico, e portanto compelido a um confronto contínuo com a idéia da morte; e há um outro que, através da imersão em um trabalho filológico e na análise lingüística, conquista (põe pedaços, manobra, constrói) o horizonte biopolítico: aqui, nesta situação, Agamben se parece às vezes com um Warbug da ontologia crítica. Todavia, o fato dos dois Agamben sempre conviverem é paradoxal: quando menos se espera, o primeiro re-emerge e obscurece o segundo, e a sombra da morte se estende de modo lúgubre contra a vontade de viver, contra o excedente do desejo. Ou o contrário.

Em *Estado de Exceção* (Boitempo, 2004), temos a possibilidade de lermos juntos esses dois Agamben. Com efeito, antes de mais nada, Agamben reconhece e denuncia o fato que o estado de exceção (um estado de morte) envolve de agora em diante cada estrutura de poder e esvazia de maneira radical

toda experiência e definição de democracia. É a condição imperial. Eis que se abre uma primeira linha de leitura: com efeito, essa definição de estado de exceção se instaura no horizonte de uma ontologia indiferenciada, cínica ou pessimista, onde cada elemento é reassumido no jogo vazio de uma também vazia negatividade. O estado de exceção aparece aqui como pano de fundo indiferente que neutraliza e desbota todos os horizontes e os reconduz a uma ontologia incapaz de produzir sentido senão em termos destrutivos. Este ser é totalmente improdutivo. Este ser se confunde com o direito (ou na sua ausência) lá onde somente o direito seria chamado a dar sentido ao real. Assistimos, desse modo, a uma sobreestimação do direito e a uma subestimação da ontologia: a realidade não produz sentido.

Nesse ponto, é evidente que não há diferença entre estado de exceção e potência constituinte, pois que ambos vivem sobre o mesmo nível de indistinção. Neste Agamben, a definição do biopolítico se apresenta como indiferença ao antagonismo: é inútil responder que o direito de exceção anula o ser, enquanto a resistência e o poder constituinte o criam! Não, aqui, tudo aquilo que acontece no *bios* é dobrado à indistinção da natureza, a *zoé* ... Na realidade, não é difícil aqui ver em ação aquela deriva que obriga toda concepção unilateral do *bios* a uma redução naturalista. O efeito deste primeiro trecho de análise é paradoxal: hoje, tudo aquilo que ocorre no mundo seria como que fixado em um horizonte totalitário e estático, como “sob o nazismo”. Mas as coisas não são bem assim: se vivemos em um estado de exceção é porque vivemos uma “guerra civil”, feroz e permanente, onde o positivo e o negativo se enfrentam: não é possível, de modo algum, achatar a sua potência antagonista na indiferença.

Todavia, Agamben não pára aqui. *Estado de exceção* nos apresenta uma segunda perspectiva, mais original, mais potente: é uma linha espinosista e deleuziana. Aqui, neste segundo terreno, a análise não sobrevoa um biopolítico inerte, mas o atravessa com ânsia utópica febril, colhe seu antagonismo

interno. Nesse ponto, diante da complexidade que é investida por ele, a arma filológica que Agamben utiliza com tamanha habilidade se torna quase incerta, em todo caso tateante; as descobertas surgem como surpresas, mas são verdadeiras descobertas, inovações conceituais e lingüísticas. Aqui, o pós-moderno se mostra duro e criativo. E eis que sob esse desdobramento, a genealogia do biopolítico dá continuidade à arqueologia e à filologia. Com efeito, o dispositivo utópico não se contrapõe sincronicamente ao horizonte ontológico, mas irrompe, penetra, arromba diacronicamente instituições e desenvolvimento jurídico. Aqui a dialética é verdadeiramente superada porque o biopolítico é desconstruído e atravessado internamente.

Nesse ponto, o biopolítico em Agamben não é mais olhado de fora como se fosse uma realidade independente a ser estudada ou reconhecida – um fruto a ser colhido. O hegelianismo foi aqui definitivamente ultrapassado por uma crítica que reconhece a impossibilidade da homologia dialética dos opostos. Toda nostalgia da esquerda hegeliana o será ainda mais. O próprio Benjamin, que também viveu e pôs esta série de enigmas problemáticos e de dolorosas reminiscências dialéticas, é superado aqui. Com gesto formidável, Agamben vai além do estado de exceção atravessando-o conceitualmente e eticamente: assim como o cristianismo primitivo e o comunismo das origens atravessaram o poder e a exploração, destruindo-os porque os esvaziou. Neste segundo cenário, a análise de Agamben mostra como a imanência pode ser realista e revolucionária.

■.....Antonio Negri é cientista social e filósofo. É autor, entre outras obras, de *Império* e *Multidão* (ambos em parceria com Michael Hardt); *Anomalia Selvagem* – poder e potência em Spinoza; *O poder constituinte* – ensaio sobre as alternativas da modernidade; *Kairòs*, *Alma Vênus*, *Multidão*.

Este texto foi traduzido por Barbara Szaniecki.